

O APOIO DOS «CIDADÃOS» E DAS «ELITES» À UE, ANTES E DEPOIS DA CRISE FINANCEIRA OS PAÍSES PERIFÉRICOS DA EUROPA DO SUL (GRÉCIA, PORTUGAL E ESPANHA) NUMA PERSPETIVA COMPARADA

André Freire e Catherine Moury

INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional, que se seguiu ao colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008, fez cair o crescimento económico e lembrou às instituições financeiras a necessidade de examinar mais cuidadosamente as características dos beneficiários de empréstimos. Mais tarde, por volta de 2009-2011, muitos países foram apontados como investimentos de alto risco, a procura de emissão de obrigações pelo governo diminuiu e as taxas de juro dispararam. Como resultado, a Irlanda, a Grécia, Portugal e Chipre foram obrigados a pedir empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à União Europeia (UE), os quais foram concedidos com condições muito exigentes (nomeadamente em taxas de juro e reformas políticas do papel do Estado e desregulamentação dos mercados, especialmente do mercado de trabalho); e Espanha recebeu um empréstimo especial da UE de apoio ao setor bancário, sob a supervisão técnica do FMI. Além disso, todos os países aprovaram impopulares e extensas medidas de austeridade, mas especialmente aqueles que receberam os acima mencionados empréstimos do FMI/UE. Estes acontecimentos desafiaram a legitimidade da União Europeia (UE), pelo menos de quatro maneiras diferentes.

RESUMO

Recorrendo a dados do Euro-barómetro e do projeto INTUNE, este artigo estuda os efeitos da crise económica de 2008 no apoio à União Europeia (UE), quer entre os cidadãos, quer entre os seus representantes, na Grécia, Portugal e Espanha, em comparação com o resto da União Europeia (UE27 ou UE17). O artigo revela que a crise financeira diminuiu profundamente o nível de confiança que os cidadãos da UE depositam nesta, mas o seu efeito não é imediato. Ao fazer o controlo de uma série de explicações, o efeito da crise económica no período 2007-2009 é só aparente entre as elites políticas e apenas na ligação à UE.

Palavras-chave: União Europeia, Europa do Sul, representação, cidadãos

ABSTRACT

‘CITIZENS’ AND ‘ELITES’ SUPPORT FOR THE EU, BEFORE AND AFTER THE FINANCIAL CRISIS: THE SOUTHERN EUROPEAN PERIPHERIES (GREECE, PORTUGAL, AND SPAIN) IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

Relying on data from the Eurobarometer and the INTUNE project, the present paper studies the effects of the 2008 economic crisis on the support to the European Union, both among citizens and their representatives, in Greece, Portugal and Spain, and comparatively, in the remaining EU countries (EU27 or EU17). The paper discloses the fact that the financial crisis entailed a significant decrease in the confidence levels of the citizens towards the EU, although this effect is not immediate. After controlling for a variety of explanations, it has been made plain that the effect of the economic crisis between 2007 and 2009 is visible only among the political elites and only as regards their level of attachment to the EU.

Keywords: European Union, Southern Europe, representation, citizens

Primeiro, os cidadãos veem as condições económicas nacionais, e para muitos individuais, deteriorarem-se – ameaçando assim a «legitimidade pelos resultados» da UE, isto é, o cumprimento, pela União daquilo que as pessoas dela esperam, nomeadamente o crescimento económico.

Segundo, a crise económica tornou evidente o decrescente espaço de manobra dos decisores políticos nacionais. Nos países intervencionados, as condições exigidas incluíram reformas dos sistemas judiciais e educacionais, das pensões, da administração pública, etc. Estas políticas são entendidas pela opinião pública (e apresentadas como tal pelas elites políticas) como «impostas» pelo FMI e a pela UE. Mas mesmo nos países que não foram resgatados, o risco de contágio pressionou os decisores políticos a assegurar uma redução das dívidas e défices o mais rapidamente possível. A UE também adotou legislação e um

novo tratado, para garantir a redução da dívida e do défice, e para equilibrar a balança de pagamentos dos estados-membros. Questões como os salários, os impostos sobre o rendimento das sociedades e a indexação das pensões tornaram-se, subitamente, os temas centrais a nível europeu. Isto é notável, tendo em conta a resistência inicial de muitos estados-membros em discutir estes temas no passado. Há, pois, uma clara tendência impulsionada pela crise do euro: uma transferência do nível nacional para o nível europeu – uma europeização – de muitas áreas controversas da política social e económica. Consequentemente, as medidas de austeridade – impopulares por natureza – estão agora associadas, na mente da opinião pública, à UE.

Como alguns governos se encontram em posição de concordar com mudanças radicais no seu sistema social, com pouca intervenção dos parlamentos nacionais ou dos cidadãos, o Parlamento Europeu (PE) é também apenas marginalmente envolvido nos debates.

Uma terceira consequência da crise, como muitos observadores verificaram, é pois uma clara transferência do poder de decisão da Comissão e do PE para o Conselho Europeu (ou, mais precisamente, para os seus membros maiores e mais ricos).

Finalmente, a crise financeira desafia a unidade da UE. Como ficou demonstrado pela desastrosa classificação «PIGS», as intervenções foram acompanhadas por uma divisão entre os «países bons» e os «países maus», e por uma crescente fragmentação entre os membros do euro e os outros. É natural que tal divida os europeus e que, para além disso, desafie a legitimidade da UE.

O presente artigo investiga a repercussão destes fenómenos no apoio à UE, tanto junto dos cidadãos como dos seus representantes, nos países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) em comparação com o resto da UE, bem como

entre si. Ao passo que a literatura existente se centra quase exclusivamente no efeito da crise económica e financeira sobre os cidadãos¹, este artigo examina também como o apoio das elites políticas à UE foi afetado, e compara os níveis de apoio dos cidadãos e dos parlamentares face à UE. Além disso, tanto quanto sabemos, não existem comparações elites-massas antes e imediatamente depois da crise económica de 2008. Como referido atrás, os casos aqui escolhidos são Portugal, Grécia e Espanha. Estes três países são todos membros de segunda geração, que associam um forte apoio à UE, tanto por parte das elites como da dos cidadãos² e um efeito profundo da crise nas suas economias³.

Tal investigação é crucial para os decisores políticos. Como muito bem sabem os sociólogos, um nível suficiente de apoio desempenha um papel fundamental na estabilidade e manutenção do sistema político e económico. Se a UE vê diminuir de forma acentuada os seus apoios, ao mesmo tempo que leva a cabo reformas radicais, a legitimidade democrática do sistema político fica ameaçada. Para além disso, tal investigação é também teoricamente importante. Como Gabel⁴ referiu, as teorias que procuram explicar o apoio à integração podem ser divididas em dois grupos: o das que defendem que o apoio dos cidadãos à integração é baseado em características pessoais; e o das que defendem que os cidadãos podem mudar o seu apoio à integração dependendo, entre outras coisas, do seu bem-estar económico. Estudar o impacto da crise financeira ajudamos a testar o impacto que têm as mudanças dramáticas das circunstâncias económicas nas atitudes europeias; e, portanto, em que medida o apoio é mutável. Também nos permite verificar se a mudança do apoio dos deputados é mais ou menos consistente com mudanças equivalentes dos seus eleitores devido à severa crise económica.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta como a literatura geralmente converge em esperar um declínio do apoio à UE, e como ele se aplica aos cidadãos e parlamentares. A segunda explora os nossos dados e métodos. A terceira apresenta a evidência de que a opinião pública, e até em certa medida as atitudes dos parlamentares, mudaram durante a crise financeira e económica. A quinta determina rigorosamente os efeitos da crise financeira, controlando as explicações alternativas; e a última parte apresenta as conclusões.

«TEORIA E HIPÓTESES» NO QUE RESPEITA AOS RESULTADOS ESPERADOS NAS ATITUDES DOS «CIDADÃOS E DAS ELITES EM RELAÇÃO À UE, ANTES E DEPOIS DA CRISE FINANCEIRA, NOS PAÍSES PERIFÉRICOS DA EUROPA DO SUL»

Deveremos esperar mudanças nas atitudes dos cidadãos e dos parlamentares em relação à UE na sequência da crise financeira? Se sim, que mudanças? Dois ramos distintos de investigação são úteis para responder a estas questões: aqueles que analisam de que forma as condições económicas influenciam o apoio do governo, e aqueles que se centram nas condicionantes do eurocepticismo. Ambos convergem na expectativa de um decréscimo do apoio à UE associado à crise financeira.

Por um lado, muitas investigações que relacionam as condições económicas e o apoio ao governo mostraram que as pessoas têm confiança nos seus líderes (pessoas ou instituições) quando o governo proporciona benefícios aos seus cidadãos. Esta ideia constitui a base da teoria económica das eleições, que defende e demonstra que, em períodos económicos desfavoráveis, é muito mais provável que os eleitores retirem o seu apoio ao governo⁵. Como Nannestad e Paldam referem, tal argumento funciona melhor em países com um sistema bipartidário, mas em todos os sistemas os eleitores responsabilizam o governo pelo desenvolvimento económico⁶, e os países periféricos da Europa do Sul não são exceção a este respeito⁷.

Enquanto alguns autores sustentam que o abrandamento económico afeta o apoio aos governantes em funções, mas não ao sistema⁸, outros destacam que «uma profunda falta de confiança nas instituições e sistemas de governo...» pode comprometer «as próprias fundações do sistema do governo»⁹. Uma argumentação mais geral também sustenta que, na ausência do apoio dos cidadãos às instituições, a legitimidade dessas instituições fica ameaçada¹⁰ e os cidadãos irão muito provavelmente pôr em causa a autoridade dessas instituições.

Analisando especificamente o efeito da atual crise, Roth¹¹ considera que a confiança global no governo e no parlamento nacionais aumentou de facto na sequência imediata da crise financeira. Isto já tinha sido demonstrado por Chanley¹², o qual verificou que a confiança dos cidadãos nas instituições nacionais aumenta em tempo de crise, um fenómeno que tem sido denominado de «rally around the flag»¹³ – qualquer coisa «como união na adversidade». Este efeito, contudo, é apenas temporário. Roth¹⁴ entende que os efeitos a médio prazo (da crise financeira e da crise económica que se seguiu) são perdas significativas da confiança dos cidadãos nos parlamentos e nos governos nacionais nos quatro países periféricos Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal. Roth também apresenta provas preliminares de que um aumento da dívida acima do PIB está associado a uma perda de confiança.

Assim, a crise económica tem claramente o potencial – especialmente depois de um ano ou dois – de minar o apoio ao governo nacional. As implicações desta descoberta para a questão que a nossa pesquisa levanta (o impacto da crise financeira no apoio à UE) não são, contudo, lineares. Muitos autores argumentam que o apoio ao governo nacional é um bom indicador do apoio à UE. A ideia é que os cidadãos, devido a uma informação limitada sobre a política a nível europeu, recorrem às suas opiniões baseadas na informação doméstica como referência para o seu apoio a nível europeu¹⁵. No entanto, como Muños, Torcal e Bonnet¹⁶ referem também se pode argumentar que os cidadãos com avaliações positivas no que respeita às suas instituições nacionais comparam as instituições europeias a uma bitola mais elevada e, assim, uma confiança maior nas instituições nacionais fará decrescer a confiança nas instituições europeias e vice-versa¹⁷.

No contexto da crise financeira, contudo, o pressuposto de que os cidadãos não sabem muito acerca das políticas europeias e da sua influência, é arriscado: a imprensa informa

constantemente sobre as decisões tomadas pelo Conselho Europeu (por exemplo, a regra de ouro do rigor fiscal); e os decisores políticos associam diretamente as medidas de austeridade às condições da UE (e do FMI no caso dos países objeto de intervenção). Muitos cidadãos estão agora conscientes de que os decisores políticos europeus não se aperceberam (ou talvez se apercebessem, mas não reagiram) das contas falsificadas da Grécia, de que as dolorosas medidas de austeridade são decididas a nível europeu para evitar o contágio no seio da UEM, e de que o motor principal destas mudanças eram dois chefes de Estado, Nicolas Sarkozy e Angela Merkel, os quais estão em primeiro lugar, e acima de tudo, a defender os seus próprios interesses nacionais.

Pode-se, pois, argumentar que os cidadãos estão agora mais propensos do que nunca a responsabilizar a UE pela deterioração das suas condições económicas individuais ou nacionais, e que a crise económica tem agora um efeito direto no apoio dos cidadãos à UE. Por outras palavras, se os cidadãos responsabilizam o seu governo pelo abrandamento económico, então poderão também responsabilizar diretamente a UE, como um governo que toma decisões económicas. Assim, o argumento que emana do «apoio ao governo económico» é que o apoio dos cidadãos à UE diminuiu depois do início da crise financeira. Embora não haja muito diálogo entre esta literatura e a investigação que lida especificamente com o apoio à UE, muitas conclusões desta última são consentâneas com o argumento acima mencionado. Para o nosso objetivo, vale a pena recordar o trabalho seminal de Matthew Gabel¹⁸ que testa cinco teorias de apoio à integração. Ele distingue: i) a teoria cognitiva, de acordo com a qual um elevado nível de consciência política e aptidões em comunicação política permite aos cidadãos

identificarem-se com uma política comunitária supranacional¹⁹; ii) a teoria dos valores políticos, que defende que o apoio à integração europeia está associado a valores orientadores «pós-materialistas»²⁰; iii) a teoria “partidária”, de acordo

com a qual os cidadãos adotam atitudes face à integração que refletem a posição do partido que apoiam²¹; iv) a teoria do apoio ao governo segundo a qual os eleitores relacionam o seu apoio à integração com o seu apoio ao governo²²; e finalmente v) a teoria utilitarista, que postula que o apoio dos cidadãos à integração está diretamente relacionado com a sua perceção de ganhos em bem-estar advindos da política integradora²³. Gabel²⁴ mostra que a teoria utilitarista fornece, de longe, o mais forte e robusto conjunto de fatores de previsão do apoio dos cidadãos à integração europeia. Enquanto a teoria “partidária” e a teoria do apoio ao governo também oferecem uma explicação sólida (mas mais fraca) para o apoio, as teorias dos valores políticos e da mobilização cognitiva só oferecem explicações válidas para os cidadãos dos estados-membros originais.

OS CIDADÃOS ESTÃO AGORA MAIS PROPENSOS DO QUE NUNCA A RESPONSABILIZAR A UE PELA DETERIORAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES ECONÓMICAS INDIVIDUAIS OU NACIONAIS, E QUE A CRISE ECONÓMICA TEM AGORA UM EFEITO DIRETO NO APOIO DOS CIDADÃOS À UE

O argumento lógico para explicar os ganhos económicos e o apoio à UE foi explicado por Fritz Scharpf²⁵. A ideia é que a UE está dependente de uma «legitimação orientada pelos resultados» – ou seja, uma legitimação baseada em interesses e não em identidades. Alguns anos mais tarde, Hooghe e Marks²⁶, usaram dados do Eurobarómetro para medir o impacto relativo dos aspetos económicos e da identidade comunitária na opinião pública europeia, e concluíram que ambos os fatores são importantes. Enquanto a identidade tem um impacto mais profundo nos níveis de confiança na UE do que os interesses económicos próprios, os últimos poderão ser mais fortes em algumas condições particulares: «A abordagem económica à opinião pública parece ser mais válida quando as consequências económicas são entendidas com algum rigor, quando são suficientemente grandes para importar, e quando a escolha que uma pessoa faz afeta realmente o resultado.»²⁷ Duas destas três condições – rigor da perceção e relevância – estão sem dúvida presentes na atual crise económica. Assim, ambas as teorias – sobre o apoio ao governo e sobre o apoio à UE – convergem na expectativa de um decréscimo do apoio na sequência da crise financeira.

ELITES POLÍTICAS: DEPUTADOS

Podemos esperar que os deputados respondam à crise financeira como os cidadãos que representam? Poder-se-ia argumentar que não, uma vez que os níveis cognitivos dos eleitores e dos deputados sobre a matéria da estrutura e dos processos da UE permanecem substancialmente diferentes²⁸. Os cidadãos organizam o seu conhecimento sobre a Europa numa base de quadros mentais abstratos, alimentados por uma variedade de fontes (principalmente os meios de comunicação, mas também toda a espécie de grupos sociais,

OS CIDADÃOS ORGANIZAM O SEU CONHECIMENTO SOBRE A EUROPA NUMA BASE DE QUADROS MENTAIS ABSTRATOS, ALIMENTADOS POR UMA VARIEDADE DE FONTES COM GRAUS DIFERENTES DE SOFISTICAÇÃO E CONSISTÊNCIA.

a internet, livros, etc.), com graus diferentes de sofisticação e consistência²⁹. Em contraste, as perceções dos deputados (representações institucionais) são endógenas ao sistema político da UE, e por essa razão tendem a expressar uma visão mais elaborada e informada do seu *modus operandi*³⁰. Em consequência, o

apoio cognitivo – e menos mutável – da elite política à integração europeia será mais forte nos deputados, especialmente se eles foram «socializados» nos círculos políticos europeus³¹. Por outro lado, os deputados poderão também empatizar com o crescente euroceticismo dos seus eleitores, ou porque mudam de preferências à luz dos acontecimentos, ou porque oportunisticamente se aproveitam do crescente euroceticismo³². Existem ainda autores que encontraram provas da existência de um modelo baseado num processo dual, no qual as elites partidárias correspondem às opiniões dos seus apoiantes e ao mesmo tempo tentam moldá-las³³. Como Hooghe e Marks defendem, «A maioria dos principais partidos continuou a resistir à politização da questão. Mas um número de partidos populistas, longe do poder, “cheiraram sangue”. O seu euroceticismo instintivo estava mais

perto do coração da opinião pública.»³⁴ Uma variável adicional de controlo para a elite – no topo da socialização como acima referido – é, portanto, a postura eurocética do partido a que pertence. Assim, deveremos esperar que as elites políticas/deputados em geral, e especialmente os maiores partidos e mais pró-europeus, sejam menos propensos a atitudes eurocéticas em resposta à crise económica. No entanto, o contrário poderá ser verdade para as elites políticas/deputados de partidos políticos eurocéticos.

DADOS E MÉTODOS

Para analisar os níveis de apoio à UE tanto dos cidadãos como das elites políticas (deputados), antes e depois da crise económica, nos países periféricos da Europa do Sul, utilizaremos os seguintes conjuntos de dados e procedimentos metodológicos. Para as tendências no apoio à UE a nível da opinião pública, apoiamo-nos nos eurobarómetros (diversos estudos entre 2006 e 2013) e comparamos não só os países periféricos da Europa do Sul entre si como também a Grécia, Portugal e Espanha face aos 27 países da UE no seu conjunto. Para testar diferenças significativas tanto ao longo do tempo como nos vários países, confiamos em testes para a igualdade de meios, ou testes para a igualdade de proporções, em diferentes amostras³⁵.

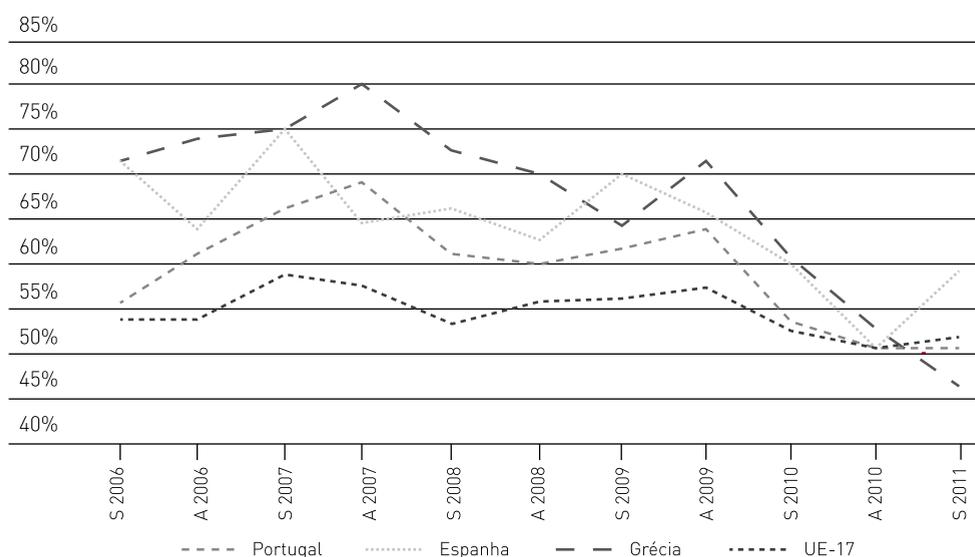
Para tendências entre 2007 (antes da crise) e 2009 (depois da crise), tanto a nível dos cidadãos como das elites políticas, utilizaremos também dados provenientes de inquéritos do projeto de investigação «INTUNE: Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe»³⁶. Estes conjuntos de dados não só nos permitem uma análise mais detalhada das atitudes políticas face à integração europeia tanto das elites como das massas, devido à existência de questionários completos dedicados a questões europeias em três dimensões principais («Interesse, Identidade e Representação»), mas também permitem uma comparação das atitudes das elites políticas e dos cidadãos antes (2007) e depois (2009) da crise económica, porque em ambos os casos dois inquéritos foram realizados utilizando o mesmo questionário. Isto permite-nos testar se há mudanças significativas no apoio à UE depois da crise económica, mas também ver se as mudanças a nível dos cidadãos correspondem, ou não, às do nível das elites políticas. Finalmente, utilizando uma análise de regressão multivariada, testaremos estatisticamente se há mudanças significativas no apoio à UE depois da crise económica, controlando ao mesmo tempo diversas explicações alternativas (questões de identidade, valores, orientações partidárias, ideologia, etc.).

IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA NAS ATITUDES DOS CIDADÃOS FACE À UNIÃO EUROPEIA: UMA DESCRIÇÃO

Uma preocupação essencial que emerge da crise atual é em que medida estará esta a afetar o apoio à UE. As duas secções que se seguem apresentam dados sobre o apoio dos cidadãos e dos deputados à UE, antes e depois da crise financeira.

Cidadãos

Figura 1 > Percentagem dos cidadãos inquiridos que considera que ser membro da UE é benéfico



Fonte: Eurobarómetros Standard 69-74.

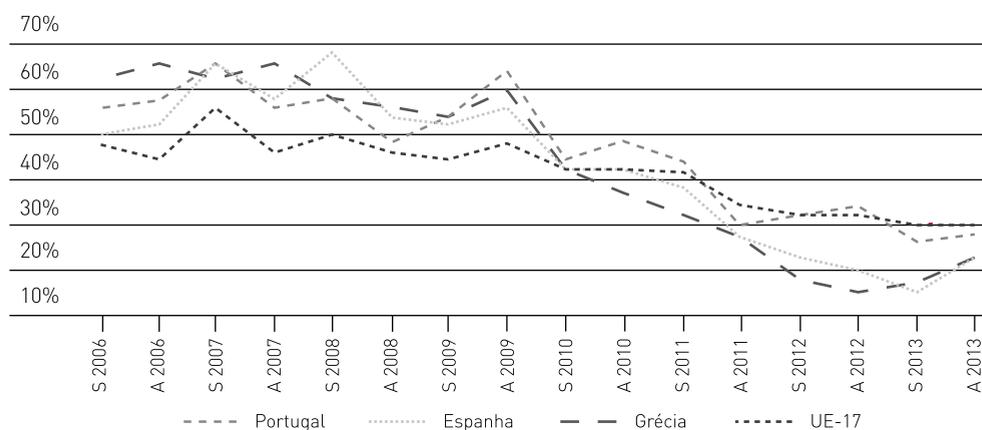
Como Sitter refere, as atitudes perante a UE não constituem uma posição única e coerente sobre a UE como entidade política; pelo contrário, incluem uma série de posições³⁷. Esta parte do artigo apresenta o efeito da crise financeira nas diversas dimensões do apoio. A figura 1 apresenta primeiro a percentagem de inquiridos da Grécia, de Portugal, da Espanha e dos UE17 que considera que a integração do seu país na UE tem sido benéfica. Esta questão só foi levantada no Eurobarómetro até 2011. Enquanto a tendência está claramente a decrescer tanto em média-UE como em cada um dos nossos três estudos de caso, há algumas especificações a fazer. A nível agregado de todos os membros da UE (e em todos os nossos estudos de caso), o decréscimo é muito ligeiro entre 2007 e 2009; mas o apoio cai acentuadamente a partir de 2010 – isto é, um ano e meio depois do início da crise financeira e imediatamente depois de a Grécia pedir um empréstimo ao FMI e à UE. Em todos os países exceto na Grécia, e particularmente em Espanha, o apoio aumenta no primeiro semestre de 2011.

Vale a pena recordar que, nos primeiros meses a seguir à queda do Lehman Brothers, a UE começou por adotar uma abordagem nekeynesiana à crise e promoveu a expansão fiscal³⁸. No entanto, alguns meses depois o Conselho Europeu incitou o país a desenvolver rapidamente políticas voltadas para a consolidação fiscal a médio prazo³⁹, forçando assim o governo nacional a dar uma enorme reviravolta nas suas políticas

expansionistas, retirando aquilo que tinha acabado de dar⁴⁰. Assim, não sabemos se o *gap* de tempo entre o início da crise financeira e o declínio da percepção dos benefícios da UE corresponde a um efeito «em torno da bandeira» de curto prazo ou ao facto de o declínio das atitudes positivas ser consequência das políticas de austeridade mais do que da crise financeira em si.

A nossa intuição tende para a última explicação, mas, em qualquer dos casos observamos um claro impacto da crise financeira na percepção «utilitarista» da UE em todos os três países. Espanha, Grécia e Portugal seguem a tendência da média da UE, mas muito mais drasticamente. Enquanto, em 2006, uma proporção de inquiridos maior do que a média era apoiante nos três países (56 por cento na Grécia, 72 por cento em Espanha e 73 por cento em Portugal, face a 54 por cento da média dos UE27), em finais de 2010 este número baixou para a média da UE (cerca de 50 por cento). Em 2011, na Grécia, a percentagem de «apoiantes» era ainda mais baixa do que a média – com, pela primeira vez, menos de metade dos gregos a considerar que a integração foi benéfica para o seu país. Para além disso, o leitor deverá ter em mente que testámos a importância das diferenças entre 2006 e 2011 («teste para a igualdade de proporções ao longo das amostras»), em cada um dos três países e na UE27 como um todo, e concluímos que todas são estatisticamente significativas. Na comparação entre países (e países vs. UE) em 2006, todas elas são significativas exceto no contraste Portugal vs. UE27 e Espanha vs. Grécia. Em 2011, mais uma vez, todos os contrastes são estatisticamente significativos exceto Portugal vs. UE27 e Portugal vs. Grécia.

Figura 2 > Percentagem de cidadãos inquiridos que confiam na União Europeia



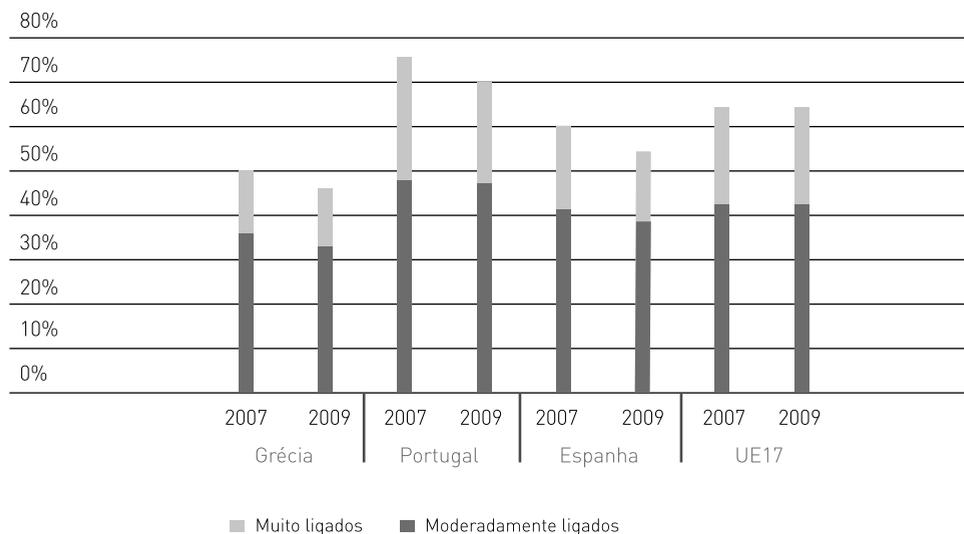
Fonte: Eurobarómetros Standard 69-80.

Na figura 2, passamos para o nível de confiança na UE, e verificamos um decréscimo cada vez maior, ao longo do tempo, dos inquiridos que confiam na UE – uma questão para a qual há dados disponíveis até 2013. No entanto, como observado por Roth, ao nível global da UE, e em linha com o observado em cima no que diz respeito aos benefícios percebidos, o decréscimo não é imediato e, na verdade, não se observa qualquer decréscimo em 2008 e 2009⁴¹. Isto sugere que os cidadãos, embora considerem que os benefícios que lhes advêm da integração estão a decrescer, não retirarão imediatamente a sua confiança; e/ou retirarão a confiança só quando as primeiras medidas de austeridade forem implementadas. Isto só acontecerá depois de um ano ou dois.

Depois de 2009, contudo, os cidadãos portugueses, espanhóis e gregos seguem a drástica tendência decrescente da média da UE e a percentagem dos que confiam na UE cai a pique para menos de 30 por cento. De novo, observamos que os cidadãos gregos, portugueses e espanhóis – inicialmente mais numerosos na sua confiança na UE do que a média – juntaram-se à média em 2011 e baixaram acima disso nos anos seguintes. A percentagem de gregos e espanhóis a confiar na UE caiu para 20 por cento em 2012, enquanto a confiança dos portugueses decresceu em 2013 para cerca de 25 por cento.

Quando testámos a importância das diferenças entre 2006 e 2011 («teste para a igualdade de proporções ao longo das amostras»), em cada um dos três países e nos UE27 como um todo, concluímos que todas elas são estatisticamente significativas. Para além disso, também testámos as diferenças entre os três países e entre cada um deles e a UE27. Em 2006 todos os pares de contrastes eram significativos exceto Espanha vs. UE27. Em 2011 não há diferenças estatisticamente significativas entre os três países, que convergiram claramente devido ao declínio da confiança, e as únicas diferenças que se mantêm significativas são entre cada um dos três países e a UE como um todo. Em 2012, observam-se diferenças estatisticamente significativas entre todos os países quando comparados com os outros dois (exceto Espanha e Grécia). O que se segue, nesta secção, apresenta os resultados do projeto INTUNE. Será interessante levantar aqui duas questões (não colocadas nos inquéritos dos Eurobarómetros): aquelas que abordam a ligação à entidade europeia e a confiança em duas instituições em particular (a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu). Como é mostrado abaixo (figura 3), estes números deverão ser encarados com alguma precaução, dado que os efeitos da crise financeira são mais aparentes a partir de 2010. Deveremos, pois, ter o cuidado de não subvalorizar sumariamente a ausência de efeito da crise nos países em análise. Embora com algumas limitações na captação das tendências a médio prazo, os dados do INTUNE podem, contudo, dizer-nos alguma coisa acerca do efeito imediato da crise nos cidadãos.

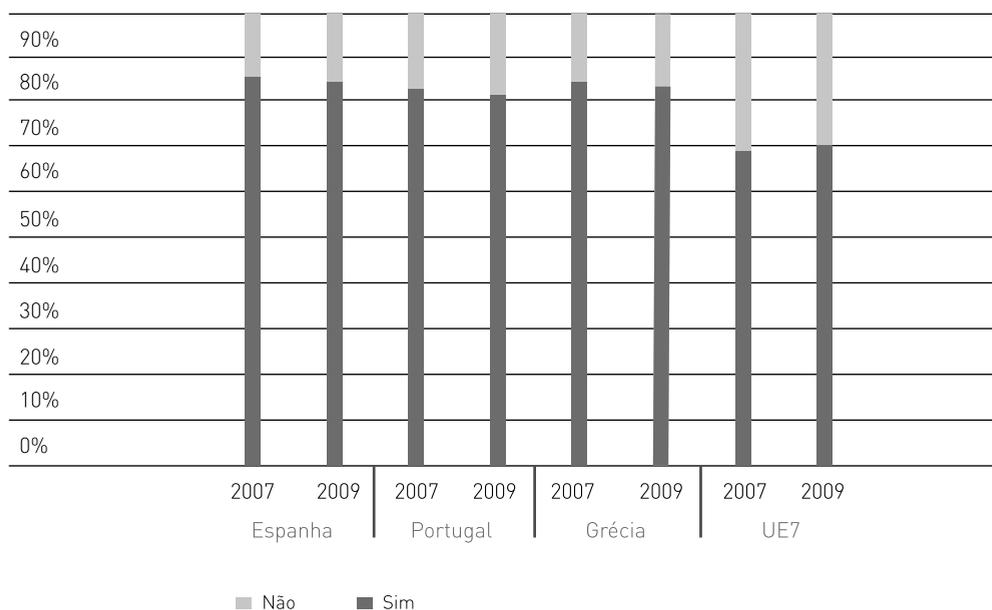
Figura 3 > Percentagem de cidadãos inquiridos que se sentem ligados, enquanto cidadãos, à UE



Fonte: Dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrados e Unidos? A busca da Cidadania numa Europa cada vez mais próxima», 2007-2009.

Na figura 3, mostramos a percentagem de inquiridos que se sentem ligados à UE em 2007 e 2009. Observamos um pequeno decréscimo em todos os países. Este decréscimo não é observável na média dos UE17. No entanto, só o decréscimo em Espanha é estatisticamente significativo. Isto sugere que, em alguns países, o abrandamento económico tem o potencial de afetar não apenas a perceção dos benefícios associados à UE, como também a própria identidade dos cidadãos. Como escrito acima, a linguagem de culpa associada ao nível europeu, quando os empréstimos foram concedidos ou o contágio era uma possibilidade, pode ter danificado ainda mais a ligação à identidade europeia depois de 2010.

Figura 4 > Percentagem de cidadãos inquiridos que consideram que a integração foi benéfica



Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Na figura 4 mostramos a percentagem de inquiridos que, em 2007 e 2009, considera que a adesão foi benéfica. Mais uma vez, observamos um ligeiro decréscimo em todos os países, ao passo que na média dos UE17 observamos um aumento. Embora nenhuma das diferenças seja significativa em cada país individualmente, o aumento nos UE-17 é significativo ao nível 0.001. Isto sustenta a teoria da «união na adversidade» (*rally around the flag*) de acordo com a qual a confiança nas instituições aumenta, em vez de diminuir no curto prazo, após uma crise importante.

Tabela 1 > Confiança média e mediana dos cidadãos no Parlamento Europeu, e na Comissão Europeia, por país, e a da UE como um todo, em 2007 e 2009.

	Portugal		Grécia		Espanha		UE-17		
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009	
No PE	Média	6,17	5,93	6,26 ⁴²	5,61 ⁴³	6,21	6,10	5,69 ⁴⁴	5,54 ⁴⁵
	Mediana	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
Na Comissão Europeia	Média	6,31	6,10	6,34 ⁴⁶	5,56 ⁴⁷	6,39	6,18	5,71 ⁴⁸	5,61 ⁴⁹
	Mediana	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

A tabela 1 mostra o índice de confiança média e mediana na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, numa escala variando de um (confiança baixa) a dez (confiança alta). Observamos um decréscimo significativo em ambas as instituições apenas na Grécia e nos UE17 como um todo, sugerindo assim que o efeito na confiança foi imediato nalguns países. Os dados também mostram que ambas as instituições supranacionais, o PE e a Comissão, são igualmente afetadas quando os efeitos na confiança são imediatos.

ELITE

Como é que a elite reagiu à crise financeira? Para responder a esta questão, vamos apoiar-nos de novo nos dados do INTUNE. Como mencionado anteriormente, estes dados permitem-nos medir o efeito imediato da crise financeira no apoio à UE – um efeito que é, como vimos, muito mais ligeiro do que o efeito a médio prazo.

Tabela 2 > Ligação da elite política à ue enquanto entidade política (Percentagem de inquiridos que concordam ou concordam plenamente – peso 1)

	Portugal		Grécia		Espanha		UE17	
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009
Os estados-membros devem manter-se os principais atores da UE	76,2	72,1	81,1 ⁵⁰	65,9 ⁵¹	68,5	70	74,2	74,1
A Comissão Europeia devia ser o verdadeiro governo da UE	42,5	47,1	63,2 ⁵²	48,8 ⁵³	78,3	80	48,6	46,9
Os poderes do PE deviam ser reforçados	75,9	89,7	92,2	92,7	92,5	87,5	73,9	75,3

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

A tabela 2 mostra a percentagem de deputados que acreditam que «os estados-membros devem manter-se como principais atores da UE», que «a Comissão Europeia devia ser o verdadeiro governo da UE» e que «os poderes do Parlamento Europeu deviam ser reforçados». Só a Grécia apresenta diferenças significativas ao longo do tempo. Neste país, observamos – paradoxalmente – um forte decréscimo da ligação ao papel dos estados-membros, mas também ao da Comissão. Nenhum decréscimo é observável na ligação ao papel do PE. Assim, a ligação ao papel da Comissão Europeia, na sequência direta da crise europeia, só é observável na Grécia – e isto antes de o país pedir os empréstimos ao FMI/UE.

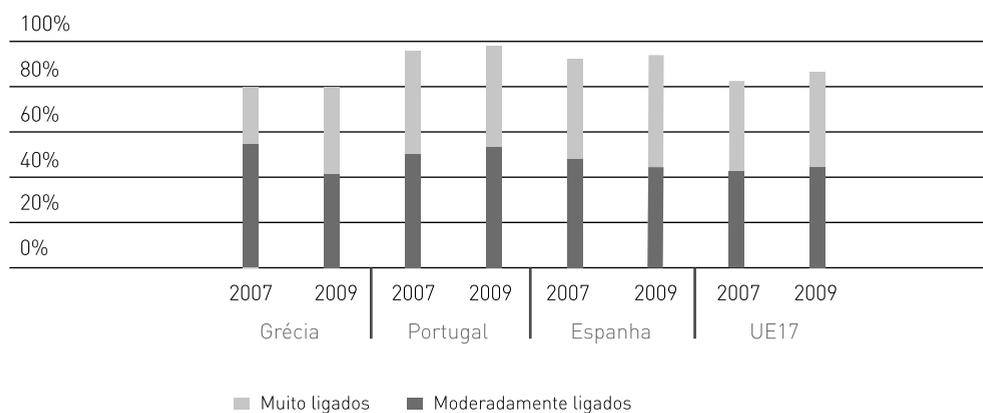
Tabela 3 > A confiança das elites políticas nas instituições da UE (de 0 = nenhuma confiança a 10 = confiança total)

	Portugal		Grécia		Espanha		UE-17		
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009	
No PE	Média	5,93	6,40	7,11	7,15	6,29	6,63	6,03	6,13
	Mediana	6,00	6,00	7,00	7,00	6,00	7,00	6,00	6,00
Na Comissão Europeia	Média	5,90	5,69	6,03	6,34	6,16	6,37	5,37	5,52
	Mediana	6,00	6,00	6,00	7,00	6,00	6,00	5,00	6,00
No Conselho de Ministros	Média	6,24	5,81	6,30	6,02	6,05	6,31	5,63	5,74
	Mediana	6,5	6,00	7,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

A tabela 3 mostra o nível de confiança nas três principais instituições. Nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa. Assim, na linha do observado nos cidadãos espanhóis e portugueses, o declínio da confiança dos deputados nas instituições não é visível em 2009. No entanto, embora se tenha encontrado, globalmente, decréscimos acentuados de confiança no Parlamento Europeu e na Comissão Europeia tanto entre os cidadãos gregos como os da zona euro (ver tabela 1 acima), este fenómeno não se verifica entre as elites políticas das duas entidades (tabela 3).

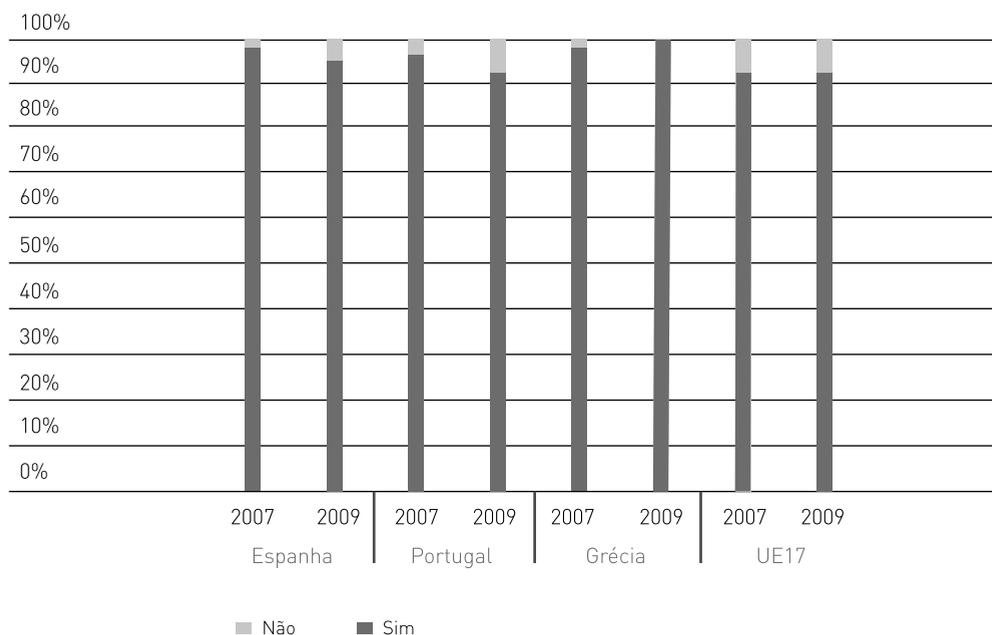
Figura 6 > Percentagem de Deputados inquiridos que se sentem ligados à UE



Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Na figura 6, por fim, voltamo-nos para a ligação à UE. Uma vez mais, não observamos quaisquer alterações significativas em qualquer dos três países ou na zona euro como um todo. Assim, a ligação dos deputados à UE parece ser menos afetada pela crise europeia do que a dos seus eleitores. Contudo, devemos ter em conta que, em termos da ligação à UE (ver figura 4 na página 108), verificámos que, exceto no caso da Espanha, também ao nível dos cidadãos não foram encontradas diferenças significativas entre 2007 e 2009. Assim, esta situação particular fornece escassa sustentação à nossa hipótese de que o apoio dos deputados à UE é mais consistente ao longo das circunstâncias económicas em transformação do que a dos seus eleitores, e talvez aponte mais para os efeitos limitados da crise económica a curto prazo.

Figura 7 > Percentagem dos inquiridos nas elites políticas que considera que a adesão foi benéfica



Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

A figura 7, por fim, volta-se para os inquiridos, entre as elites políticas, que consideram que a integração trouxe benefícios ao país. Novamente, não se verificam alterações expressivas entre 2007-2009, em linha com o que se observou nos cidadãos.

COMPARAÇÃO ENTRE AS ATITUDES DOS CIDADÃOS E DAS ELITES RELATIVAMENTE À UE, ANTES E DEPOIS DA CRISE FINANCEIRA, ATRAVÉS DE TESTES ESTATÍSTICOS MULTIVARIADOS

Nesta última secção do artigo, compara-se as atitudes dos cidadãos e das elites relativamente à UE, antes e depois da crise financeira, através de testes estatísticos multivariados. Tal só pode ser levado a cabo com recurso aos dados do INTUNE, e assim, em termos de período, as comparações serão feitas para o período entre 2007 e 2009. No entanto, os dados do INTUNE permitir-nos-ão testar o impacto da crise económica nas atitudes, tanto das elites, como das massas, a respeito da UE, depois do controle de uma série de explicações alternativas para a ligação à UE e para a confiança nesta. As variáveis dependentes são sempre duas: primeiro, «Ligação à EU» (As pessoas sentem diferentes graus de ligação à sua cidade ou vila, à sua região, ao seu país e à Europa. E você? Sente-se muito ligado, moderadamente ligado, pouco ligado ou nada ligado à

Europa?), medida numa escala de um (nada) a quatro (muito ligado); e, segundo, a confiança nas instituições políticas da UE (um fator composto por três itens: Parlamento Europeu, Comissão Europeia e Conselho de Ministros: ver tabelas A1.1 e A1.2 no Apêndice), medida numa escala de zero (nenhuma confiança) a dez (confiança total). As variáveis independentes, contudo, são diferentes para as elites e para as massas.

Tabela 4 > Explicação da ligação à UE ao nível das elites políticas, 2007-2009: regressões OLS

Variáveis explicativas	Variável dependente: ligação à UE (um, nenhuma; quatro, muita)			
	Grécia	Portugal	Espanha	UE17
Experiência de vida no estrangeiro (um, sim, dois, não)	-0,080	0,077	-0,174*	-0,036
Experiência académica no estrangeiro (um, sim, dois, não)	0,080	-0,105	0,192*	0,000
Contactos com atores e instituições da UE (um, mínimo uma vez por semana; quatro, ausência de contacto no último ano)	-0,182*	-0,092	-0,273**	-0,106***
Autoposicionamento esquerda-direita (zero, esquerda, dez, direita)	0,231	0,010	0,158	0,180*
Autoposicionamento esquerda-direita Quadrado	-0,280	0,132	-0,013	-0,154*
Membro da maioria governativa (zero, não, um, sim)	0,177	0,074	0,218*	0,060**
Idade	0,093	0,142	-0,042	0,104
Sexo (um, masculino, dois, feminino)	0,153	0,169*	-0,021	0,009
Habilitações literárias (zero, nenhuma; nove, doutoramento)	0,109	0,091	-0,113	0,062**
Período (0, 2007, 2, 2009)	-0,539***	-0,536***	-0,195*	-0,316***
R ²	0,340	0,339	0,158	0,144
(R ² sem a variável "Período")	0,093	0,080	0,126	0,046
N	111	145	171	2019

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Notas: 1) *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05; 2) Em células: coeficientes Beta nas regressões ols.

Para explicar as atitudes das elites a respeito da UE, usamos os indicadores de uma série de fatores explicativos. Uma primeira dimensão reporta-se aos contactos com outros países da UE em termos de experiências de vida, académicas e contactos políticos: três

itens. Uma segunda diz respeito à atitude mais pró-UE dos partidos políticos⁵⁴ e, assim, consideramos se os deputados pertencem (ou não) à maioria governativa. Um terceiro fator diz respeito à ideologia. Aqui, temos em conta que, mais do que uma relação linear, o que temos usualmente é uma chamada curva em U invertido⁵⁵, o que significa que os partidos (e também os eleitores) posicionados perto dos extremos ideológicos são claramente mais eurocéticos do que os partidos (e eleitores) próximos da ideologia de centro. Deste modo, para explicar este fenómeno, incluímos tanto o autopoicionamento esquerda-direita como o autopoicionamento esquerda-direita ao quadrado (tanto nos MP como nos eleitores). Os dois indicadores devem ser lidos em conjunto, e a expectativa é a de que a segunda seja negativa, apontando nas direções esperadas (mais deputados e eleitores pró-UE no centro, mais eurocéticos nos extremos). Para além de algumas variáveis socioeconómicas de controlo (idade, sexo, instrução), também incluímos a variável «período». Uma vez que usaremos conjuntos de dados unificados (i.e., 2007 e 2009 juntos), testamos o impacto da passagem do tempo de 2007 a 2009 e, deste modo, os efeitos da crise económica nas atitudes face à UE neste período de tempo, com a introdução de «período» medida como variável fictícia: zero, para 2007; dois, para 2009. No caso dos deputados, não incluímos indicadores de «Cálculo racional» (benefícios pessoais da UE, benefícios nacionais da UE), uma vez que não há diferença nestas variáveis ao nível dos deputados (ver figura 7 acima).

O que podemos ver na tabela 4 é que, ao nível individual dos deputados, exceto no caso da Espanha, o impacto da crise económica («período») é, isoladamente, o fator mais importante para a explicação da ligação à UE. E o efeito é negativo, conforme esperado. Mesmo no caso espanhol, embora outros fatores (pertença à maioria governativa, contactos com outros países da UE) sejam mais expressivos, o «período» é, ainda assim, um fator importante. Para além dos efeitos da crise económica e dos contactos com outros países da UE, a ideologia (apenas para os UE17) e as habilitações académicas são também fatores significativos. O primeiro apoiando, como previsto, a tese da curva em U invertido, e o último significando que os academicamente mais habilitados são também os mais pró-Europa.

Para explicar as atitudes dos cidadãos da UE (ligação e confiança), recorreremos a uma série de conjuntos de fatores explicativos. A primeira dimensão diz respeito à «mobilização cognitiva»: exposição aos *media*, interesse pela política, contactos com outros países. A segunda dimensão relaciona-se com a ideologia. Assim, como no caso dos parlamentares, incluímos tanto o autopoicionamento esquerda-direita como o autopoicionamento esquerda-direita ao quadrado. Uma vez mais, como já foi referido, os dois indicadores têm de ser lidos em conjunção, e a expectativa é a de que o segundo seja negativo. O terceiro conjunto de fatores explicativos prende-se com o «Cálculo racional» (dois itens): *perceção dos benefícios pessoais e nacionais da integração europeia*. Por fim, testamos o impacto da confiança nas instituições políticas nacionais (governo e parlamento nacionais e governo regional/local nas atitudes face à UE, na expectativa de um efeito amplificador.

Tabela 5 > Explicação da ligação à UE entre os cidadãos, 2007-2009: regressões OLS

Variáveis explicativas	Variável dependente: ligação à UE (um, nenhuma; quatro, muita)			
	Grécia	Espanha	Portugal	EU-17
Exposição aos media: TV e jornais (zero-sete dias/semana)	0,044	0,028	0,009	0,050***
Quantas vezes visitou países da UE no último ano (zero-cinco ou mais)	0,124***	0,071*	0,100**	0,056***
Interesse pela política (1, muito; 4, nenhum)	-0,164***	-0,060	-0,107**	-0,064***
Autoposicionamento esquerda-direita (zero, esquerda, dez, direita)	0,387**	0,074	0,055	0,002
Autoposicionamento esquerda-direita quadrado	-0,283*	-0,035	0,033	0,037
País beneficiou com a integração na UE (um, sim; dois, não)	-0,136***	-0,131**	-0,125**	-0,177***
Pessoas como você beneficiaram com o facto de o país ser membro da UE (um, sim; dois, não)	-0,188***	-0,321***	-0,287***	-0,177***
Confiança nas instituições políticas nacionais (Fator) (pontuação baixa-alta, confiança baixa-alta)	0,056	0,046	0,068*	0,042***
Idade	0,085*	0,106*	0,009	0,051***
Sexo (um, masculino, dois, feminino)	-0,028	0,069*	0,047	0,059***
Habilitações literárias (zero, nenhuma; seis, ensino superior)	0,087*	0,018	0,033	0,042***
Período (zero, 2007, duas, 2009)	-	-	-	-
R ²	-	-	-	-
(R ² sem a variável «período»)	0,253	0,223	0,222	0,143
N	726	790	753	10756

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Notas: 1) *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05; 2) Em células: coeficientes Beta nas regressões OLS. 3) a variável «período» foi automaticamente excluída do modelo pelo que não apresentamos R² na respetiva linha.

O que podemos verificar na tabela 5 é que, no que respeita à ligação dos cidadãos à UE, o impacto da crise económica não é significativo. Adicionalmente, embora haja outros fatores importantes, e exceto no caso da Grécia, podemos observar que os cálculos racionais, ou seja, as *perceções dos benefícios pessoais e nacionais* advindos da integração na UE são geralmente os dois fatores explicativos mais importantes. Uma vez que *perceções* mais

positivas equivalem a mais apoio à UE, podemos concluir, sem equívoco, que a erosão das perceções no futuro próximo (com o agravamento da crise económica) se traduzirá, muito provavelmente, pela erosão do apoio à UE. Na Grécia, a ideologia funciona na direção esperada (curva em U invertido), mas nos outros países este efeito não é significativo. A mobilização cognitiva, funcionando na direção esperada (mais mobilização cognitiva, maior ligação à UE) e uma série de fatores sociodemográficos (pessoas mais velhas, do sexo feminino e mais educadas são também mais pró-Europa) também têm impacto.

Tabela 6 > Explicação da confiança nas instituições políticas da UE (Parlamento Europeu, Comissão e Conselho de Ministros) ao nível das elites políticas, 2007-2009: regressões OLS

Variáveis explicativas	Variável dependente: Factor «Confiança nas instituições políticas da UE» (pontuações baixas, nenhuma confiança; pontuações altas, confiança total)			
	Grécia	Portugal	Espanha	EU-17
Experiência de vida no estrangeiro (um, sim, dois, não)	0,224	-0,028	0,089	0,018
Experiência académica no estrangeiro (um, sim, dois, não)	-0,126	0,061	0,024	-0,038
Contactos com atores e instituições da UE (um, mínimo uma vez por semana; quatro, ausência de contacto no último ano)	-0,031	-0,018	0,024	-0,114***
Autoposicionamento esquerda-direita (zero, esquerda, dez, direita)	0,251	1,163***	-0,139	0,483***
Autoposicionamento esquerda-direita quadrado	-0,128	-0,727**	0,014	-0,548***
Membro da maioria governativa (zero, não, um, sim)	0,300*	0,251**	0,040	0,145***
Sexo (um, masculino, dois, feminino)	-0,037	0,132	0,075	0,028
Idade	-0,015	-0,115	0,048	0,016
Habilitações literárias (zero, nenhuma; nove, doutoramento)	0,112	0,109	0,058	0,027
Período (zero, 2007, dois, 2009)	-0,039	0,051	0,077	0,041
R ²	0,216	0,396	0,049	0,069
(R ² sem a variável "período")	0,215	0,394	0,044	0,068
N	112	145	171	2001

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Notas: 1) *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05; 2) Em células: coeficientes Beta nas regressões OLS.

Tabela 7 > Explicação da confiança nas instituições políticas da UE (Parlamento Europeu, Comissão e Conselho de Ministros) ao nível dos cidadãos, 2007-2009: regressões OLS

Variáveis explicativas	Variável dependente: Factor «Confiança nas instituições políticas da ue» (pontuações baixas, nenhuma confiança; pontuações altas, confiança total)			
	Grécia	Espanha	Portugal	UE-17
Exposição aos media: TV e jornais (0-7 dias/semana)	0,016	0,025	0,054	0,016
Quantas vezes visitou países da UE no último ano (zero-cinco ou mais)	0,030	0,041	0,013	0,018*
Interesse pela política (um, muito; quatro, nenhum)	-0,116**	-0,042	-0,067	-0,035***
Autoposicionamento esquerda-direita (zero, esquerda, dez, direita)	0,347**	-0,063	0,295**	0,082**
Autoposicionamento esquerda-direita quadrado	-0,167	0,066	-0,192	-0,059
País beneficiou com a integração na UE (um, sim; dois, não)	-0,143***	-0,089*	-0,123**	-0,257***
Pessoas como você beneficiaram com o facto de o país ser membro da UE (um, sim; dois, não)	-0,206***	-0,182***	-0,208***	-0,172***
Confiança nas instituições políticas nacionais (Fator) (pontuação baixa-alta, confiança baixa-alta)	-0,131**	-0,033	0,023	-0,107***
Idade	0,039	0,104**	-0,005	-0,033**
Sexo (um, masculino, dois, feminino)	0,049	0,111**	0,132***	0,078***
Habilitações literárias (zero, nenhuma, seis, ensino superior)	0,118**	0,019	0,014	0,035***
Período (zero, 2007, dois, 2009)	-	-	-	-
R ²	-	-	-	-
(R ² sem a variável «período»)	0,203	0,092	0,139	0,162
N	728	791	758	10814

Fonte: dados de um inquérito aos cidadãos realizado no âmbito do projeto de investigação Intune, «Integrated and United? A Quest for Citizenship in an Ever Closer Europe», 2007-2009.

Notas: 1) *** p < 0,001; ** p < 0,01; * p < 0,05; 2) Em células: coeficientes Beta nas regressões OLS. 3) tal como na Tabela 5, a variável «período» foi automaticamente excluída do modelo pelo que não apresentamos R² na respetiva linha.

Passando agora para a explicação da confiança nas instituições políticas da UE entre as elites políticas (tabela 6) e entre os cidadãos (tabela 7), verificamos que no primeiro caso (tabela 6), a crise económica («período») parece não ter tido qualquer efeito sobre a confiança na UE entre 2007 e 2009. A ideologia (curva em U invertido), apenas para Portugal e para os UE17, e a pertença à maioria governativa (efeito amplificador), em todos os países exceto Espanha, são os dois conjuntos de fatores mais importantes. Para além disso, exceto no caso do impacto positivo dos contactos políticos com instituições da UE, entre os UE17, nenhum outro fator parece ser relevante. No caso de Espanha, nenhum fator é estatisticamente relevante. Relativamente aos cidadãos, uma vez mais, a crise económica («período») parece não ter tido qualquer efeito na confiança depositada na UE, entre 2007 e 2009. Novamente, ambos os cálculos racionais (isto é, as perceções positivas de benefícios pessoais e nacionais derivados da integração na UE fizeram aumentar a confiança na UE) e a ideologia são geralmente os mais importantes conjuntos de fatores explicativos para a compreensão da confiança na UE. Adicionalmente, a mobilização cognitiva (apenas para a Grécia e para os UE17) e os fatores sociodemográficos (idade, sexo e habilitações literárias: pessoas mais velhas com maior confiança, em Espanha, e menos confiança, nos UE17; do sexo feminino e com mais habilitações literárias, maior confiança, mas só expressiva em alguns países).

CONCLUSÕES

Este artigo investigou o efeito da crise económica de 2008 no apoio à UE, quer entre os cidadãos, quer entre os seus representantes, nas periferias da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha), em comparação com o resto da UE (UE27 ou UE17). Recorrendo a dados do Eurobarómetro (cidadãos dos UE27: 2006-2011) e do INTUNE (cidadãos e deputados nos UE17: 2007-2009), este artigo examinou de que forma o apoio da elite política à UE foi afetado, e comparou os níveis de apoio dos cidadãos e dos deputados relativamente à UE.

As primeiras duas secções empíricas, dedicadas ao apoio dos cidadãos à UE, revelou o seguinte: em primeiro lugar, que a crise financeira teve impacto no nível de apoio concedido à UE, mas os nossos dados mostram que o argumento deve ser qualificado. A crise financeira influenciou profundamente o nível de confiança que os cidadãos da UE depositam nesta, mas o seu efeito não é imediato. Em 2009, não se observa de todo um decréscimo na confiança global dos UE27, e apenas efeitos ligeiros são registados em Portugal, na Grécia e na Espanha. Somente no início de 2010, isto é, dezoito meses depois da queda do Lehman Brothers, é que o nível de confiança colapsou. Isto sugere que os cidadãos têm um certo grau de «tolerância» para o abrandamento económico, e que é a sua duração no tempo, mais do que a sua ocorrência, o que afeta a confiança. Uma explicação adicional pode ser a forma como os decisores políticos europeus lidaram com a crise, em particular desde o primeiro resgate da Grécia. Estes parecem, muito frequentemente, fornecer apenas medidas *ad hoc* para questões mais agudas, ao invés

de soluções de longa duração para problemas de fundo. As hesitações, os desacordos, dos decisores políticos europeus, sobre a melhor forma de abordar a crise, e o insucesso de muitos dos seus planos para devolver a confiança aos mercados, deram a impressão, a muitos cidadãos, de que não sabiam ao certo o que estavam a fazer. Isto, como podemos ver, tem um impacto profundo no nível de confiança. Além do mais, embora no rescaldo imediato da crise as respostas políticas, tanto da UE como dos governos nacionais, tivessem como principal objetivo o impulsionamento da economia e a salvaguarda das pessoas mais atingidas pela crise económica, depois de 2009 a crise da dívida aumentou e as respostas políticas começaram a concentrar-se mais nos pacotes de austeridade e progressivamente menos no crescimento económico e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.

Uma observação semelhante pode ser feita a respeito da perceção dos benefícios associados à integração na UE: relativamente

a estes, observamos um decréscimo logo em 2008, e uma tendência decrescente mais acentuada depois de 2010 (não tão como de confiança, contudo). Um padrão semelhante revelou-se no que se refere à UME – com a notória exceção da Grécia, na qual o apoio à UME aumentou consideravelmente. Como resultado, os níveis de apoio da Grécia, de Portugal e da Espanha – tradicionalmente fortes apoiantes da integração europeia – tombaram de lá de cima até à média europeia.

Adicionalmente, ao nível agregado, o efeito imediato (2007-2009) da crise financeira no apoio das elites à UE é, assim, bastante limitado: em nenhum dos países observamos um decréscimo significativo nos inquiridos que consideram que a sua integração foi benéfica; nem nos sondados que se sentem ligados à UE ou confiam nesta. A única mudança significativa observada é que, no caso dos deputados gregos, uma redução significativa tanto na ligação ao papel forte dos estados-membros, como à Comissão – enquanto a ligação ao Parlamento Europeu se mantém inalterada. Uma questão que permanece em aberto é, obviamente, a de saber até que ponto o efeito a longo (ou médio) prazo da crise financeira a nível dos cidadãos poderá ser também observável a nível das elites.

Embora os resultados provenientes dos dados do INTUNE não nos permitam delinear conclusões definitivas sobre a comparação entre elites e massas, os resultados existentes fornecem, no entanto, alguma sustentação à segunda hipótese, segundo a qual o apoio das elites é menos sensível à crise financeira do que o das massas. No que respeita aos cidadãos, como vimos, a confiança nas instituições (na Comissão e no PE, na Grécia)

EMBORA NO RESCALDO IMEDIATO DA CRISE
AS RESPOSTAS POLÍTICAS, TANTO DA UE
COMO DOS GOVERNOS NACIONAIS, TIVESSEM
COMO PRINCIPAL OBJETIVO O IMPULSIONAMENTO
DA ECONOMIA E A SALVAGUARDA DAS PESSOAS
MAIS ATINGIDAS PELA CRISE ECONÓMICA,
DEPOIS DE 2009 A CRISE DA DÍVIDA AUMENTOU
E AS RESPOSTAS POLÍTICAS COMEÇARAM
A CONCENTRAR-SE MAIS NOS PACOTES
DE AUSTERIDADE E PROGRESSIVAMENTE MENOS
NO CRESCIMENTO ECONÓMICO E NA PROTEÇÃO
DOS CIDADÃOS MAIS VULNERÁVEIS.

sofreu algum decréscimo logo em 2009. Nenhuma destas tendências se verifica a nível das elites. Contudo, os benefícios associados à integração mantiveram-se intocados, no curto prazo, tanto a nível de cidadãos como de elites.

A última secção do nosso artigo, que foca o nível individual, quer dos cidadãos, quer dos deputados, revelou que, ao fazer o controlo de uma série de explicações alternativas, o efeito da crise económica no período 2007-2009 é apenas aparente entre as elites políticas e apenas na ligação à UE. Por um lado, estes resultados fracos podem dever-se ao curto período em consideração. A situação, aparentemente paradoxal, de a posição das elites se alterar mais do que a dos cidadãos, face ao que encontramos em secções anteriores, pode dever-se ao facto de que estão mais informadas e ao corrente da atualidade, pelo que reagem de forma mais imediata. No entanto, devemos ter presente que, se a crise económica está a minar a ligação das elites políticas à UE, rapidamente o mesmo sucederá entre os cidadãos, graças aos efeitos da liderança. Adicionalmente, ao nível dos cidadãos, os cálculos racionais (isto é, perceções positivas dos benefícios pessoais e nacionais da integração europeia, o que faz aumentar a confiança na UE) são sempre um fator muito importante. Assim, se, no futuro, a crise económica corroer a legitimidade pelos resultados da UE, deveremos esperar que também corra a ligação e a confiança que os cidadãos nela depositam.

TRADUÇÃO: ANTÓNIO FEVEIREIRO

Data de receção: 15 de março de 2014 | Data de aprovação: 4 de abril de 2014

- 1** ROTH, Felix – «The effects of the financial crisis on systemic trust». *Centre for European Policy Studies Working Document*. N.º 316, 2009; JONES, Erik – «Output legitimacy and the global financial crisis: perceptions matter». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 47, N.º 5, 2009, pp. 1085-105; ROTH, Felix, NOWAK-LEHMANN, Felicitas, e OTTER, Thomas – «Has the financial crisis shattered citizens trust in the national and European governmental institutions?». In *CEPS Working Document*. N.º 343, 2011.
- 2** CONTI, Nicolò, COTTA, Maurizio, e ALMEIDA, Pedro Tavares (eds.) – «European citizenship in the eyes of national elites: a South European view». In *South European Society and Politics*. Vol. 15, N.º 1, 2010; FARRELL, David – «Political parties in a changing campaign environment». In *Handbook of Political Parties*. Londres: Sage, 2005, pp. 122-133; PINTO, António Costa, e TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Southern Europe and the Making of the European Union*. Nova York: SSM-Columbia University Press, 2002.0
- 3** O apoio da opinião pública à UE foi comparativamente mais elevado do que a média europeia (de todos os países da UE), com exceção da Grécia e da Espanha durante a década que se seguiu à sua entrada [ver VERNEY, Susan (ed.) – *Euro-scepticism in Southern Europe: A Diachronic Perspective*. Nova York: Routledge, 2011]. Para além disso, a análise da opinião dos deputados e dos manifestos dos partidos convergem para afirmar que o apoio partidário à UE nestes países é muito forte e o euroceticismo está confinado às periferias do espectro político [ver CONTI, Nicolò, COTTA, Maurizio, e ALMEIDA, Pedro Tavares (eds.) – *Perspectives of National Elites on European Citizenship*. A *South European View*. Londres: Routledge, 2011].
- 4** GABEL, Matthew – «Public support for European integration: an empirical test of five theories». In *Journal of Politics*. Vol. 60, N.º 2, 1998, pp. 333-354.
- 5** LEWIS-BECK, Michael S. – *Economics and Elections, The Major Western Democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.
- 6** NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin – «The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years». In *Public Choice*. Vol. 79, N.º 3 e 4, 1994, pp. 213-215.
- 7** Ver BELLUCCI, Paolo, LOBO, Marina Costa, e LEWIS-BECK, Michael – «Economic crisis and elections: The European periphery». In *Electoral Studies*. Vol. 31, N.º 3, 2012, pp. 469-471; FRALLE, Marta, e LEWIS-BECK, Michael – «Economic and elections in Spain (1982-2008): Cross-measures, cross-time». In *Electoral Studies*. Vol. 31, N.º 3, 2012, pp. 485-490; FREIRE, André, e SANTANA-PEREIRA, José – «Economic voting in Portugal, 2002-2009». In *Electoral Studies*. Vol. 31, N.º 3, 2012, pp. 506-512; NEZI, Roula – «Economic voting under the economic crisis: Evidence from Greece». In *Electoral Studies*. Vol. 31, N.º 3, 2012, pp. 498-505.
- 8** EASTON, David – *A Systems Analysis of Political Life*. Nova York: Wiley, 1965; NORRIS, Pippa – «The growth of critical citizens?». In *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 1-27.
- 9** NEWTON, Kenneth – «Trust and politics». In *The Handbook of Social Capital*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 243.
- 10** KALTENTHALER, Karl, ANDERSON, Christopher J., e MILLER, William J. – «Accountability and independent central banks: Europeans and distrust of the European Central Bank». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 48, N.º 5, 2010, p. 1261.
- 11** ROTH, Felix – «The effects of the financial crisis on systemic trust». In *Centre for European Policy Studies Working Document*. N.º 316, 2009.
- 12** CHANLEY, Virginia A. – «Trust in government in the aftermath of 9/11: determinants and consequences». In *Political Psychology*. Vol. 23, N.º 3, 2002, pp. 469-483.
- 13** HETHERINGTON, Marc, e NELSON, Michael – «Anatomy of a rally effect: George W. Bush and the war on terrorism». In *Political Science and Politics*. Vol. 36, N.º 1, 2003, pp. 37-42.
- 14** ROTH, Felix – «The Eurozone crisis and citizens' trust in the national parliaments». In *FMA Bulletin*. N.º 34, 2011, pp. 29-30.
- 15** ANDERSON, Christopher J., e REICHERT, M. Shawn – «Economic benefits and support for membership in the European Union: a cross-national analysis». In *Journal of Public Policy*. Vol. 15, N.º 3, 1996, pp. 231-249; HIX, Simon – *The Political System of the European Union*. Londres: Palgrave, 1999.
- 16** MUÑOZ, Jordi, TORCAL, Mariano, e BONET, Eduard – «Institutional trust and multilevel government in the European Union: congruence or compensation?». In *European Union Politics*. Vol. 12, N.º 4, 2011, pp. 551-574.
- 17** Para dados mais recentes sobre as opiniões dos cidadãos sobre a UE ver SANDERS, David, e BELLUCCI, Paolo (eds.) – *The Europeanization of National Politics? Citizenship and Support in a Post-enlargement Union*. Oxford: Oxford University Press, 2012; e SANDERS, David, MAGALHÃES, Pedro, e TOKA, Gabor (eds.) – *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes Towards the European and National Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- 18** GABEL, Matthew – «Public support for European integration: an empirical test of five theories». In *Journal of Politics*. Vol. 60, N.º 2, 1998, pp. 333-354.
- 19** Ver INGLEHART, Ronald – «Cognitive mobilization and European identity». In *Comparative Politics*. Vol. 3, N.º 1, 1970, pp. 45-70.
- 20** Prioridades de valor relacionados principalmente com a segurança económica e física são considerados «materialistas», e prioridades de valor que incluem necessidades como a realização intelectual, autoatualização e pertença são «pós-materialistas». Ver também INGLEHART, Ronald – «Cognitive mobilization and European identity», 1970; INGLEHART, Ronald – «The behavioral impact of long-term predispositions: evidence from long-term cross-national panel surveys». In *Continuities in Political Action*. Nova York: De Gruyter-Aldine, 1990, pp. 67-102.
- 21** Ver FRANKLIN, Mark, MARSH, Michael, e MCLAREN, Lauren – «Uncorking the bottle: popular opposition to European integration in the wake of the Maastricht». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 32, N.º 4, 1994, pp. 455-472; FRANKLIN, Mark, VAN DER EIJK, Ceas, e MARSH, Michael – «Referendum outcome and trust in government: public support for Europe in the wake of Maastricht». In *West European Politics*. Vol. 18, 1995, pp. 101-107; INGLEHART, Ronald, RABIER, Jacques-Rene, e KARLEHEINZ, Reif – «The evolution of public attitudes toward European integration: 1970-86». In *Eurobarometer: The Dynamics of European Public Opinion*. Londres: Macmillan, 1991, pp. 111-131.
- 22** Ver FRANKLIN, Mark, MARSH, Michael, e MCLAREN, Lauren – «Uncorking the bottle: popular opposition to European integration in the wake of the Maastricht». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 32, N.º 4, 1994, pp. 455-472; FRANKLIN, Mark, VAN DER EIJK, Ceas, e MARSH, Michael – «Referendum outcome and trust in government: public support for Europe in the wake of Maastricht». In *West European Politics*. Vol. 18, 1995, pp. 101-107.
- 23** Ver EICHENBERG, Richard C., e DALTON, Russel – «Europeans and the European Community: the dynamics of public support for European integration». In *International Organization*. Vol. 47, N.º 4, 1993, pp. 507-534; GABEL, Matthew, e PALMER, Harvey D. – «Understanding variation in public support for European integration». In *European Journal of Political Research*. Vol. 27, N.º 1, 1995, pp. 3-19; ANDERSON, Christopher J., e REICHERT, M. Shawn – «Economic benefits and support for membership in the European Union: a cross-national analysis». In *Journal of Public Policy*. Vol. 15, N.º 3, 1996, pp. 231-249.
- 24** GABEL, Matthew – «Public support for European integration: an empirical test of five theories». In *Journal of Politics*. Vol. 60, N.º 2, 1998, pp. 333-354.
- 25** SCHARPF, Fritz – *Governing in Europe*.

Effective and Democratic?. Oxford: Oxford University Press, 1999.

26 HOOGHE, Liesbet, e MARKS, Gary - «Calculation, community, and cues: public opinion on European integration». In *European Union Politics*. Vol. 6, N.º 4, 2005, pp. 421-445.

27 HOOGHE, Liesbet, e MARKS, Gary, «Calculation, community, and cues: public opinion on European integration», p. 422

28 MOURY, Catherine, e SOUSA, Luís de - «Comparing deputies' and voters support for Europe: The case of Portugal». In *Portuguese Journal of Social Science*. Vol. 10, N.º 1, 2011, pp. 23-41; SCHMITT, Hermann, e THOMASSEN, Jacques - *Political Representation and Legitimacy in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 1999; CONTI, Nicolò, COTTA, Maurizio, e ALMEIDA, Pedro Tavares (eds.) - *Perspectives of National Elites on European Citizenship, A South European View*. Londres: Routledge, 2011.

29 KUFER, Astrid - «The intellectual discourse on European identity». In *Euroscepticism. Images of Europe among Mass Publics and Political Elites*. Opladen: Barbara Budrich Publishers, 2009, pp. 36-37.

30 Para uma perspetiva mais recente sobre a opinião das elites sobre a UE ver BEST, Heinrich, LENGYEL, György, e VERZICHELLI, Luca (eds.) - *The Europe of Elites: A Study Into the Europeaness of Europe's Political and Economic Elites*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

31 SCULLY, Roger - *Becoming Europeans? Attitudes, Behaviour and Socialization in the European Parliament*. Oxford: Oxford University Press, 2005; HOOGHE, Liesbet - «Europe divided? elites vs. public opinion on European integration». In *European Union Politics*. Vol. 4, N.º 3, 2003, pp. 281-304.

32 CARRUBBA, Clifford - «The electoral connection in European union politics». In *The Journal of Politics*. Vol. 63, N.º 1, 2001, pp. 141-158.

33 STEENBERGEN, Marco, EDWARDS, Erika e DE VRIES, Catherine - «Who's cue-

ing whom? Mass-elite linkages and the future of European integration». In *European Union Politics*. Vol. 8, N.º 1, 2007, pp. 13-35; SANDERS, David e TÓKA, Gabor - «Is anyone listening? Mass and elite opinion cueing in the EU». In *Electoral Studies*. Vol. 32, N.º 1, 2013, pp. 13-25.

34 HOOGHE, Liesbet e MARKS, Gary - «A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus». In *British Journal of Political Science*. Vol. 39, 2008, p. 21.

35 Ver KANJI, Gopal K. - *100 Statistical Tests*. Londres: Sage, 1999.

36 Para mais detalhes sobre este projecto, ver <http://www.intune.it/>. Para os conjuntos de dados, ver <http://www.webalice.it/fsemicchio/data.html>

37 SITTER, Nick - «The Politics of Opposition and European Integration in Scandinavia: Is Euro-scepticism a Government-Opposition Dynamic?». In *West European Politics*. Vol. 24, N.º 4, 2001, p. 22-39.

38 EUROPEAN COMMISSION - *Communication from the Commission to the European Council. A European Economic Recovery Plan*. 2008. Disponível em: http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication13504_en.pdf.

39 EUROPEAN COUNCIL - *Council Recommendation to Portugal with a view to bringing an end to the situation of an excessive government deficit*. 2009. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nd/edp2013_portugal_en.pdf.

40 Agradecemos ao revisor anónimo da *RJ* por nos ter apontado este facto.

41 ROTH, Felix - «The Effects of the Financial Crisis on Systemic Trust». *Centre for European Policy Studies Working Document*. N.º 316, 2009.

42 Diferença significativa ao nível 0.001.

43 Diferença significativa ao nível 0.001.

44 Diferença significativa ao nível 0.001.

45 Diferença significativa ao nível 0.001.

46 Diferença significativa ao nível 0.001.

47 Diferença significativa ao nível 0.001.

48 Diferença significativa ao nível 0.001.

49 Diferença significativa ao nível 0.001.

50 Significativo ao nível 0,001.

51 Significativo ao nível 0,001.

52 Significativo ao nível 0,001.

53 Significativo ao nível 0,001.

54 Ver JALALI, Carlos - «A Europa como razão ou como desculpa? A Europeização das instituições políticas nacionais». In *Em Nome da Europa. Portugal em Mudança (1986-2006)*. Cascais: Principia, 2007, pp. 173-190; JALALI, Carlos - «Governing from Lisbon or Governing from Brussels? Models and Tendencies of Europeanization of the Portuguese Government». In *The Europeanization of Portuguese Democracy*. Nova York: Columbia University Press, 2012, pp. 61-84; Freire, André - «Os impactos políticos da adesão de Portugal à CEE/EU». In *Dicionário Portugal e a Europa: 60 anos de cooperação, 20 anos de adesão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 351-362; LOBO, Marina Costa - «A União Europeia e os partidos políticos portugueses: da consolidação à qualidade democrática». In *Em Nome da Europa. Portugal em Mudança (1986-2006)*. Cascais: Principia, 2007, pp. 77-96.

55 EIJK, Cees van der e FRANKLIN, Mark N. - «Potential for Contestation on European Matters at National Elections in Europe». In *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 32-50; HOOGHE, Liesbet e MARKS, Gary - «A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus». In *British Journal of Political Science*. Vol. 39, 2008, pp. 1-23; HOOGHE, Liesbet, MARKS, Gary e WILSON, Carole J. - «Does Left/Right Structure Party Positions on European Integration?». In *European Integration and Political Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 120-140.